

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 056

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE MAIO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Durval Amaral
Líder da Oposição	Waldyr Pugliesi
PTB	Algaci Tulio
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Sérgio Spada
PMDB	Nereu Moura
PPB	Tony Garcia
PT	Hermes Fonseca
PDT	Luiz Carlos Zuk
PSL	Edno Guimarães
PST	Divanir Braz Palma
PL	Serafina Carrilho
PSB	Moysés Leônidas

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 015ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE MAIO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Nelson Tureck.

Às dezessete horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1349

Senhor presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, proce-

dido destaque e preferência para votação do item 05 da pauta da Sessão Extraordinária de hoje, Proposição nº 016/2001, veto apostado ao Projeto de nº 012/2000, que autoriza a criação do Programa de Habitação Rural do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1351

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER destaque de discussão e votação a Proposição de Veto nº 016/2000, oriunda do Projeto de Lei nº 210/99, de autoria do deputado Durval Amaral, item 01 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 09.05.2001

(a) ALGACI TULIO

Apoio: José Maria Ferreira

REQUERIMENTO Nº 1350

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votação em bloco e destaque para votação das proposições de veto, dos itens 01, 03 e 04, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 09.05.2001

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1352

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a retirada dos itens, 01, 02, 03 e 04 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, por 01 sessão conforme especifica.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco e destaque para votação de veto, dos itens 01, 03 e 04 constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Prejudicado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, com apoio do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando destaque de discussão e votação a Proposição Veto

nº 016/2000, oriunda do Projeto de Lei nº 210/99, itens 01 da Ordem do Dia - **Prejudicado.**

Requerimento de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando destaque e preferência para a votação do item 05, Proposição nº 16/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 012/2000, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia dos itens 01, 02, 03 e 04 por 01 (uma) sessão. **Aprovado.**

Temos um requerimento subscrito pelo deputado Durval Amaral.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem?

(**Assentimento**)

Estamos providenciando um requerimento à Mesa, pedindo destaque para a votação do item 01, da Ordem do Dia e já está chegando às suas mãos.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vamos votar, primeiro, o requerimento do deputado Durval Amaral e, depois, se votam os requerimentos que pedem destaque.

Em votação, o requerimento do deputado Durval Amaral.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Para encaminhar senhor presidente?

(**Assentimento**)

Eu falei com a liderança do governo, para que deixasse de fora os itens 02 e o item 05 e que fossem votados individualmente.

Um é projeto meu, criando o 1º Distrito Policial, em Arapongas. E o outro, da deputada Luciana. Que eles fossem incluídos ou adiados, se possível. Quero que eles sejam votados individualmente e não em bloco.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, temos o deputado Waldyr Pugliesi, que está pedindo destaque para o seu Projeto nº 361/99, item 02. O deputado Algaci Tulio pediu destaque para o Projeto nº 210/99. Existe também o pedido de destaque para o Projeto nº 012/2000, da deputada Luciana Rafagnin. Em homenagem à ela e aos agricultores familiares que estão aqui, entendo que poderíamos aprovar um requerimento, de comum acordo, com as lideranças e deixarmos os itens 01, 02, 03 e 04 para a sessão de amanhã ou para uma outra Sessão Extraordinária, e que hoje apenas deliberássemos o item 05, da deputada Luciana Rafagnin, porque existe a vontade do deputado Waldyr que o dele seja votado, em destaque.

O do deputado Algaci Tulio, que ele está pedindo, trata-se de um projeto importante, que foi apresentado

pelo deputado Durval Amaral, que diz respeito ao controle e fiscalização do trânsito, nas rodovias do Estado do Paraná - teríamos que votá-lo em destaque, porque não dá para misturar controle e fiscalização, com criação de Escritório Regional da Secretaria do Trabalho, no município de Apucarana, que queremos, também, que seja votado em destaque.

Tenho certeza que o deputado Miltinho Pupio pretende rejeitar este veto e aprová-lo.

Então, faço esse encaminhamento a Vossa Excelência, para que adiemos a discussão dos itens 01, 02, 03, 04 e que permaneçamos nesta sessão apenas com a discussão do item nº 05, projeto de lei da deputada Luciana Rafagnin.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Essa liderança, em entendimento com a liderança da Oposição, deputado Waldyr Pugliesi, concorda, efetivamente, que sejam votados em bloco, em uma primeira votação item 01, item 03 e item 04, da pauta. Numa segunda votação, logo após a primeira, efetivamente, seja votado também em bloco o item 02 da pauta, projeto de autoria do deputado Waldyr Pugliesi e o projeto de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Se Vossa Excelência desejar, poderemos encaminhar isso por escrito à Mesa, para que possa ser apreciado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Se faz necessário que o deputado Durval Amaral modifique o seu requerimento e peça a votação em bloco do item 01 até o item 05. Peça então que sejam votados os itens 01, 03 e 04, que pede votação em bloco.

Da mesma forma um outro requerimento que sejam votados em bloco os itens 02 e 05. Essa é a proposição do deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Mas se a Oposição desejar votar individualmente o item 02 e o item 05 da pauta, para nós não há diferença, desde que votemos os itens 01, 03 e o 04, em bloco.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Temos um requerimento de autoria do deputado Durval Amaral, que pede a votação em bloco, dos cinco itens constantes da pauta. Ele está alterando este requerimento e pede a votação dos itens 01, 03 e 04. Então, vamos votar este requerimento.

Após este requerimento existe um outro que pede destaque de votação, da deputada Luciana Rafagnin, e se tiver outros requerimentos, também poderão ser apresentados.

Esse requerimento que pede votação em bloco de todos os itens, foi alterado pelo autor, deputado Durval Amaral.

Vamos votar apenas a votação em bloco dos itens 01, 03 e 04. E é só esse requerimento que vamos votar agora.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, os requerimentos, sobretudo o requerimento da deputada Luciana Rafagnin, foi o primeiro que o protocolo aceitou.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ela pede destaque.

O SR. IRINEU COLOMBO

Ela pede destaque e preferência, portanto tem outro sentido.

Senhor presidente, então, à luz da nossa Constituição e à luz do nosso Regimento, que proíbe votação em bloco e nós, evidentemente, já temos usos e costumes, não é deputado Durval Amaral?

O uso e o costume aqui é para fazer bloco, sem dúvida. Mas, então requeiro, senhor presidente, que seja votado o requerimento da deputada Luciana Rafagnin, que pede destaque e preferência.

Após isso, resolvida esta questão, passa às demais questões.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Procede a questão de ordem de Vossa Excelência e vamos votar então primeiro o requerimento da deputada Luciana Rafagnin, que pede o destaque da votação do item nº 05.

Está em votação.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Apenas destaque, não preferência.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Destaque e preferência.

O SR. DURVAL AMARAL

Se preferência, vamos encaminhar contrariamente. Concordamos com o destaque.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, ouvi o deputado Durval Amaral quando estava fazendo encaminhamento de requerimento, afirmar o seguinte: o projeto do item nº 02, do deputado Waldir Pugliesi e que também o projeto da deputada Luciana Rafagnin, poderiam ser votados individualmente e que os outros três projetos poderiam ser votados numa primeira votação em bloco.

Então me parece que no ponto central dessa discussão, estou vendo uma concordância. Gostaria de fazer um apelo ao deputado Durval que os três projetos, - e teria que ver com o deputado Algaci Tulio que também está pedindo destaque, que esses três projetos podem ser votados em bloco. Logo depois vota-se o projeto do deputado Waldyr, ou vota-se antes o da deputada Luciana.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o requerimento da deputada Luciana. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Fizemos também uma proposta à Mesa, o requerimento deve estar chegando, para que adiemos por uma sessão a discussão e votação dos itens, 1, 2, 3 e 4. Que possamos votar, hoje apenas, o item 5.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, a liderança do Governo concorda com esta proposta: vamos votar hoje o projeto de maior interesse em discussão, neste momento, que é o veto apostado ao projeto da deputada Luciana e os outros, automaticamente, ficam transferidos para a sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Então está em votação requerimento apresentado pelo deputado Orlando Pessuti.

Aprovado.

O SR. BERALDIN (**Pela Ordem**)

Apenas para comunicar à Casa a presença da delegação do município de Imbituva, o presidente da Câmara, o Gaspar, a vereadora Mariane e também a vereadora Marilene.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado. Da mesma forma a Mesa registra a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Entre Rios do Oeste, vereador Élio Breno.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Da mesma forma quero registrar com muita honra e alegria, a presença do prefeito de Palmas, doutor Hilário.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sabemos que tem diversos prefeitos, vereadores que estão presentes na sessão de hoje.

Muito obrigado pela presença e a todos que estão prestigiando a Sessão de Poder Legislativo.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Na realidade é um pedido de encaminhamento de votação extemporâneo e digo o porquê. Extemporâneo porque a solicitação que vou fazer é de que os deputados que forem votar contra o veto apostado pelo governador do Estado a este projeto, que identifiquem o voto para o conjunto dos deputados. Abram o seu voto. Sabemos que esta questão do voto secreto é algo em debate profundo hoje, na Nação brasileira e como ele é de interesse público, os deputados podem abrir o voto que são contrários à manutenção deste veto para que a sociedade saiba

quem está a favor dos pequenos agricultores do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 016/2001 veto aposto ao Projeto de Lei nº 012/2000, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza a criação do Programa de Habitação Rural do Estado do Paraná e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 038/2001

Curitiba, 16 de janeiro de 2001.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 233/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, o Projeto de Lei nº 012/2000, por inconstitucionalidade, porque, comprometendo recursos públicos não previstos na “Lei de Meios”, fere os arts. 133 e seguintes da mesma Constituição e, ainda, por conseqüente desatendimento às determinações da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 012/2000 foi publicado em redação final, no DA nº 155/2000, de 08.11.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 016/2001

P A R E C E R :

O governador do Estado, usando da atribuição assegurada pelo art. 87, inciso VII, e de acordo com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, após veto ao Projeto de Lei nº 012/2000, de autoria da nobre deputada Luciana Rafagnin, que autorizada a criação do Programa de Habitação Rural do Estado do Paraná e dá outras providências.

Fundamentação

A proposição em questão, analisada nos aspectos legal, constitucional e regimental da mesma, não apresentou nenhum óbice ao trâmite normal por esta Casa de Leis, sendo pois favorável ao seu encaminhamento a Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

Em votação.

O SR. BERALDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente e senhores deputados. A intenção da deputada Luciana Rafagnin é de que se crie um programa de habitação rural ao Estado do Paraná.

Senhor presidente e senhores deputados presentes nesta sessão, o Governo do Paraná detém o controle da Banestado Reflorestadora. A Banestado Reflorestadora detém quase cem milhões de pinus que precisam ser vendidos, doados, preferencialmente doados, a fim de que gerem empregos. E, naturalmente, a Banestado poderia fazer o replantio dentro das normas técnicas e poderão certificar essas áreas para a venda de bônus na questão de seqüestro de carbono.

Então, senhor presidente e senhores deputados, o governo do Paraná tem em mãos todas aquelas áreas de pinus da Reflorestadora Banestado, que poderiam perfeitamente ajudar este projeto, este programa para a casa do agricultor.

Era esta a questão que eu gostaria de dizer e pedir aos deputados que votem contra o veto, e sim, a favor do pequeno agricultor.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Para Encaminhar**)

Gostaria de pedir aqui o voto contrário ao veto, principalmente aos deputados da base governista, que já aprovaram este projeto. Foi unânime a sua aprovação. Pedir nesta hora que votem, não pensando em mim, mas pensando na agricultura familiar do Estado do Paraná.

Peço também, senhor presidente, se possível, aquele encaminhamento que o Vanhoni já deu, que os deputados que votam pela agricultura familiar que declarem seus votos. peço o voto, não ao veto.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente e senhores deputados. Pelo posicionamento do presidente acredito que ele fará que seja seguido o regimento interno qual proíbe a declaração de voto de votação secreta. Mas acredito que, para que não pare dúvida, até porque represento a região Centro-Oeste do Paraná, onde a base da agricultura é a pequena propriedade. Acredito que este projeto da deputada Rafagnin é de fundamental importância. Tenho defendido isso ao longo da minha carreira política, que também o pequeno produtor rural deve ter um programa de habitação.

Então, por esta razão quero, aqui, declarar o meu voto, apesar de Vossa Excelência não permitir, mas no encaminhamento dizer tanto eu, deputado Cezar Silvestri, como o deputado Marcos Isfer, do PPS, votaremos pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Só querendo fazer um esclarecimento à deputada Luciana Rafagnin, ao Ângelo Vanhoni, o próprio deputado Cezar Silvestri já alertou, infelizmente o voto é secreto. O voto não pode ser aberto. A pessoa pode declarar o voto agora na manifestação, nos encaminhamentos, ou depois, mas o voto é secreto. Não é regimental; é constitucional também.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Da mesma forma quero anunciar e pedir aos deputados do PDMB, não preciso nem pedir porque esta convicção já é de todos eles, que nós votemos contrários ao veto do governador e aprovemos o projeto da deputada Luciana Rafagnin, porque ele está de acordo com os interesses da agricultura familiar do Estado do Paraná.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Tendo em vista a necessidade de ter no Paraná realmente um programa de habitação rural, a bancada do PT vai votar e vai manifestar seu voto, o cartãozinho preto contra o veto do governador. E até no espírito da transparência já que tem um projeto para não ter mais voto secreto, de um deputado da base do governo e também, do deputado Algaci Tulio. Já vamos neste espírito, abrindo lentamente o voto com transparência.

O SR. HERMES FONSECA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

A bancada do PDT também, encaminha pelo voto não, junto com a Lucia Rafagnin.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não!

Só querendo lembrar aos senhores deputados que o artigo setenta e um (71) da Constituição do Estado, parágrafo 4º, o voto é secreto. Não pode ser mostrado o voto para o Plenário, senão o voto será nulo. Então, solicito aos senhores deputados, que mantenham o sigilo do voto sob pena de a Mesa ter que anular o voto.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Olha, acolhendo o que diz o Regimento Interno, que o voto deva ser secreto,

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Que a Constituição, deputado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Perfeitamente. Quero registrar, aqui, em meu nome e em nome da Bancada do PSDB, desta Casa, que votaremos contra a manutenção do veto.

Portanto, favorável ao projeto da deputada Luciana Rafagnin.

Falo em meu nome e em nome do deputado Litro, do deputado Beraldin, do deputado Sérgio Spada, do deputado Renato Gaúcho e também, aqui, do deputado Tony Garcia que é quase PSDB.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Senhor presidente, nós queremos, após as manifestações dos partidos de oposição e de alguns outros deputados, fazer um apelo a todos os deputados da Assembléia que votem não, que rejeitem o veto do governador, porque isso interessa a todo o Paraná e interessa a esta Casa, para mostrar claramente a sua posição.

E faço uma questão de ordem. Posso registrar, senhor presidente?

Quero registrar o voto dos deputados de oposição: iremos votar não.

Votarão não os deputados Colombo, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Litro, Cezar Silvestri, Hermes Fonseca, Ademir Bier, Nereu Moura, Ghellere, Luiz Carlos Zuk, Ângelo Vanhoni, Marcos Isfer, Tony Garcia, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Algaci Tulio e, olhe, estou com uma vontade danada de falar o nome de mais um monte de deputados para que rejeitemos, deputado Carlos Simões, Luiz Accorsi. Vamos votar não, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convidamos o 1º secretário para que proceda à chamada dos senhores deputados para depositarem seu voto.

(O senhor 1º secretário procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Votaram 44 senhores deputados.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Para fazer um convite aos senhores deputados, antes que se encerre a sessão. Teremos logo após a sessão extraordinária, na sala de comissões, uma reunião dos deputados que pretendam fazer parte da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, juntamente com a Comissão de Agricultores, para tratar de assuntos de interesse da Frente Parlamentar, para constituir a Frente e para tratar dos assuntos ligados à agricultura familiar, com esta

comissão. Gostaria que Vossa Excelência fizesse esse registro, para que aqueles que quiserem fazer parte, estivessem na sala após o encerramento desta Sessão Extraordinária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado. Todos os deputados estão convidados para participarem dessa reunião.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Senhor presidente, conferi o número de votos. Quarenta e quatro votantes.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O deputado Ricardo Maia, de Maringá, 2º secretário da Mesa registra a presença, da cidade de Sabáudia, do senhor Marcelo Matesco.

Muito obrigado pela presença.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Quero registrar também a presença do prefeito de Lindoeste, nosso companheiro, amigo, Valdir Odoni, juntamente com os vereadores daquele município.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado.

O deputado Ademir Bier também registra a presença do vereador Hilário, de Serranópolis do Iguaçu, presidente da Câmara.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar também, senhor presidente, a presença do prefeito de Itapejara do Oeste, que aqui está, Leonardo, e do presidente da Câmara Municipal, Euzébio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado.

Quarenta e quatro votantes.

Votaram “sim”, dezoito; “não”, vinte e seis.

Está mantido o veto e rejeitado o projeto.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 016/2000, veto parcial ao Projeto de Lei nº 210/99, de autoria do deputado Durval Amaral, que veda a contratação de empresas para prestar serviços de controle de fiscalização de trânsito nas rodovias estaduais. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 422/99

Curitiba, 28 de dezembro de 1999.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 286/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento

de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 210/99, por considerar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo proibir o Departamento de Estradas de Rodagem de contratar a prestação de “serviço de empresas privadas que tenham por finalidade exercer o controle e a fiscalização do trânsito em rodovias estaduais”, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o art. 2º.

A negativa de sanção às disposições do art. 2º, deve-se ao fato de as mesmas terem sido consideradas contrárias ao interesse público, conforme a adiante transcrita exposição de motivos apresentada pela Secretaria de Estado dos Transportes, cujos termos ratifico e constituem razões fundamentais deste veto:

“O projeto de lei em pauta, prevê em seu art. 2º, que os condutores de veículos que trafegarem com excesso de velocidade, deverão ser interceptados pela Polícia Rodoviária e/ou autoridade de Trânsito.

Em prosperando tal assertiva a mesma irá preliminarmente de encontro a Resolução nº 86/99 do Contran, que determina que a partir do dia 1º do mês de julho do ano 2000, todas as autuações referentes a velocidade deverão obrigatoriamente ser efetivadas por radar fotográfico.

Com a redação do art. 2º do P.L., torna-se inoperante um sistema moderno e de alta precisão, o qual certamente gerará um aumento considerável no número de autuações, uma vez que detecta todos os veículos que trafegam sobre a via, e que ocasionará um congestionamento ao longo das rodovias, prejudicando o tráfego das mesmas, ressaltando ainda que entre outras coisas acarretaria a proximidade entre infrator e agente para consecução do AIT, possibilitando o surgimento de discussões, atritos e até agressões fiscais, expondo os agentes da autoridade de trânsito a situações desnecessárias.

Acrescentando também, segundo os preceitos jurídicos da aplicação de penalidade, sejam elas administrativas ou mesmo judiciais, temos que considerar a ampla possibilidade de sua aplicação, mesmo com o infrator ausente (à revelia), e isso até mesmo na esfera criminal, onde estão previstas as penas mais severas existentes em nosso ordenamento jurídico.

Ora, se a pena mais grave pode ser aplicada sem flagrante, por que não a de menor potencial ofensivo como os decorrentes de infrações de trânsito?

Não obstante, frise-se que os equipamentos são automáticos, operam independentemente de ação humana e serão disponibilizados ao longo das rodovias, segundo projetos e estudos do Departamento de Estradas de Rodagem, levando-se em consideração os segmentos das rodovias de maior número de acidentes, que têm como causa o excesso de velocidade e, visando única e exclusivamente o aumento da segurança dos usuários da rodovia.

Sendo assim, acreditamos que o PL 210/99, caso seja aprovado, trará inúmeros inconvenientes e prejuízos a todo o sistema, contribuindo para o aumento da impunidade no trânsito”.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 210/99 foi publicado em Redação Final, no D.A. nº 179/99, de 24.11.99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 016/2000

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 210/99, de autoria do deputado Durval Amaral, que veda a contratação de empresas para prestar serviços de controle e fiscalização de trânsito nas rodovias estaduais.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº023/2000, veto apostado ao Projeto de Lei nº 361/99, de autoria do deputado Waldyr Pugliesi, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar o 1º Distrito Policial no município de Arapongas, com jurisdições sobre os Conjuntos Habitacionais Águias, Flamingos IV, Flamingos III, residencial Del Condor, Nossa Senhora das Graças, Jardim São Carlos, Jardim San Raphael, Jardim Monte Carlo, Jardim Monte Carlo II, Parque Industrial I e Núcleo Residencial Flamingos. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 032/2000

Curitiba, 01 de fevereiro de 2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 314/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 361/99, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder

Executivo, fere o mandamento contido no art. 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 361/99 foi publicado em redação final, no D.A. nº 191/99, de 08.12.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 23/2000

P A R E C E R :

A presente proposição tem origem no veto do senhor governador ao Projeto de Lei nº 361/99, que autorizava o Poder Executivo criar e instalar o 1º Distrito Policial no município de Arapongas, julgando-o inconstitucional e justificando porque não sendo de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o andamento do contido no art. 66, inciso V, da Constituição Estadual.

O bom senso nos faz repelir a justificativa apresentada pelo Poder Executivo, pois o senhor governador sancionou inúmeros projetos, de iniciativa de vários senhores deputados com assento nesta Casa de Leis, criando delegacias em municípios do nosso Estado.

Sendo assim, somos de parecer contrário à presente proposição e pela aprovação do Projeto de Lei nº 361/99, de autoria do nobre deputado Waldyr Pugliesi, sendo pois favorável ao encaminhamento do mesmo ao Plenário.

Sala das Comissões, em 28.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO EM SEPARADO
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 023/2000 AO
PROJETO DE LEI Nº 361/99

P A R E C E R :

A proposição de veto em questão foi aposta ao Projeto de Lei nº 361/99, de autoria do deputado Waldyr Pugliesi, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar o 1º Distrito Policial no município e dá outras providências.

Procedida a análise da referida proposição, verificamos que a mesma está dentro das formalidades legais, estando em condições de ser apreciada em Plenário. Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 046/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 064/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Regimento Coronel Dulcídio da Polícia Militar do Estado, imóvel de propriedade do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 057/2000

Curitiba, 29 de maio de 2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 041/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 064/2000, porque trata de matéria que independe de lei e cujo pretendido objetivo encontra-se em fase de processamento final, para atendimento na esfera administrativa.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 064/2000 foi publicado em redação final, no D.A. nº 032/2000, de 10.04.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 046/2000

P A R E C E R :

A presente proposição, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade vetar o Projeto de Lei nº 64/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a ceder ao regimento Coronel Dulcídio da Polícia Militar do Estado, imóvel de propriedade do Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, bem como, os prazos estabelecidos em lei.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ASSESSORIA LEGISLATIVA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 046/2000

P A R E C E R :

A presente proposição, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade vetar o Projeto de Lei nº 64/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a

ceder ao Regimento Coronel Dulcídio da Polícia Militar do Estado, imóvel de propriedade do Estado do Paraná.

Esta Assessoria Legislativa, após analisar a proposição, conclui estar a mesma de acordo com a técnica processual legislativa, bem como, com os prazos estabelecidos em lei.

Sala das Comissões, em 04.07.2000.

(aa) MARISA COUTO DE CRISTO

Advogada

SEVERO OLIMPIO SOTTO MAIOR

Diretor Legislativo

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 052/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 045/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio, que autoriza o Poder Executivo a criar o Escritório Regional da Secretaria do Trabalho, com sede no município de Apucarana e abrangência nos municípios que especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 097/2000

Curitiba, 31 de julho de 2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 115/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 045/2000, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 045/2000 foi publicado em redação final, no D.A. nº 093/2000, de 28.06.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 052/2000

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 045/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio, que autoriza o Poder Executivo a criar o escritório regional da Secretaria de Trabalho, com sede e foro no município de Apucarana e abrangência nos municípios que especifica.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental,

somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

De conformidade com o requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, acima aprovado, os

itens n°s 01, 02, 03 e 04 ficam adiados por 01 (uma) sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.